

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 03 de novembro de 2025 às 07h54
Seleção de Notícias

CNBC Brasil Online | BR-SP

Propriedade Intelectual

Crise do chip automotivo Nexperia atinge Europa, EUA e China e ameaça a indústria brasileira 3

REDAÇÃO CNBC

Fator Brasil - Online | BR

Propriedade Intelectual

Tecnologia Neural em Ascensão na China: oportunidades e Riscos no mercado internacional ... 5

CANAL

O Debate Online | BR-MG

Propriedade Intelectual

Impacto tributário do STF pode custar bilhões ao "streaming" 7

O DEBATE

Crise do chip automotivo Nexperia atinge Europa, EUA e China e ameaça a indústria brasileira



A fabricante de chips Nexperia, sediada na Holanda, está no centro de um impasse entre a União Europeia, os EUA e a China, que desencadeou uma crise para as montadoras globais e ameaça a paralisação da produção das fábricas de automóveis brasileiras.

O governo holandês assumiu o controle da Nexperia, empresa pertencente à chinesa Wingtech, em outubro, alegando preocupações com a segurança nacional. A medida levou Pequim a bloquear a saída dos produtos Nexperia da China.

Reuniões estão em andamento na Europa neste sábado para tentar amenizar a escalada do problema, e as autoridades chinesas e americanas parecem estar abrindo caminho para que as operações da Nexperia na China retomem a exportação de chips automotivos essenciais.

Representantes da Casa Branca e da Nexperia não responderam imediatamente a um pedido de comentário.

Por enquanto, porém, a cadeia de suprimentos da indústria automobilística ainda está em situação incerta.

A disputa ameaça a produção de veículos em todo o mundo, já que as montadoras alertam para a iminente escassez de componentes da fabricante de chips, essenciais para as funções elétricas básicas dos carros e

difíceis de substituir em curto prazo.

A batalha se desenrolou em meio a um escrutínio crescente das empresas de tecnologia ligadas à China por parte de governos ocidentais, incluindo os EUA, que recentemente endureceram as regras de controle de exportação para limitar as **transferências** de tecnologia para entidades de propriedade chinesa.

A Wingtech, proprietária da Nexperia, foi incluída em uma lista negra dos EUA em dezembro de 2024 por seu suposto papel "em auxiliar os esforços do governo chinês para adquirir entidades com capacidade de fabricação de semicondutores sensíveis".

Eis o que você precisa saber sobre o andamento da disputa e por que isso é importante.

Por que os chips Nexperia são tão importantes?

A Nexperia fabrica bilhões de chips básicos, transistores, diodos e componentes de gerenciamento de energia, produzidos na Europa, montados e testados na China e, em seguida, reexportados para clientes na Europa e em outros lugares. Cerca de 70% dos chips fabricados na Holanda são enviados para a China para serem finalizados e reexportados para outros países.

Os chips são básicos e baratos, mas necessários em praticamente todos os dispositivos que utilizam eletricidade. Em carros, esses chips são usados para conectar a bateria aos motores, para luzes e sensores, para sistemas de freio, controladores de airbags, sistemas de entretenimento e vidros elétricos.

A Nexperia teve vendas de 2 bilhões de dólares no ano passado.

No final de outubro, montadoras como a Volkswagen.

Continuação: Crise do chip automotivo Nexperia atinge Europa, EUA e China e ameaça a indústria brasileira

A Nissan Motor e a Mercedes-Benz soaram o alarme sobre possíveis cortes na produção caso as exportações de chips da Nexperia sejam interrompidas por um longo período.

Embora as montadoras normalmente tenham alguns estoques e fornecedores alternativos, é difícil mudar as fontes de suprimento da noite para o dia.

O que aconteceu e qual é a situação atual?

Em setembro, o governo holandês invocou uma lei da época da Guerra Fria para assumir o controle efetivo da Nexperia, em meio a preocupações de que seu proprietário chinês estivesse planejando transferir a **propriedade** intelectual para outra empresa de sua propriedade. Um tribunal holandês também suspendeu o CEO da Nexperia, Zhang Xuezhen, fundador da Wingtech, alegando má gestão.

Semanas depois, Pequim retaliou impondo controles de exportação a certos produtos Nexperia fabricados na China, aumentando as tensões e alimentando temores de um choque mais amplo na cadeia de suprimentos. Isso levou a empresa a informar às montadoras que não poderia mais garantir o for-

necimento.

Mas sinais de um avanço começaram a surgir.

Na sexta-feira, surgiram relatos de que os EUA planejam anunciar que a Nexperia retomará o envio de chips sob um acordo-quadro alcançado durante as negociações entre o presidente Donald Trump e o líder chinês Xi Jinping, citando fontes familiarizadas com o assunto. E no sábado, a China afirmou que isentará alguns chips da Nexperia de sua proibição de exportação. Autoridades chinesas não especificaram quais seriam essas isenções.

"Vamos analisar cuidadosamente a situação real da empresa e isentar as exportações elegíveis", afirmou o Ministério do Comércio da China em comunicado.

Se finalizadas, as isenções poderiam aliviar a pressão imediata sobre as montadoras. Mas a disputa mais ampla sobre propriedade, controle da tecnologia e supervisão de segurança permanece sem solução.

Tecnologia Neural em Ascensão na China: oportunidades e Riscos no mercado internacional

CANAL

A China acabou de lançar um plano nacional ambicioso com o objetivo de liderar globalmente o setor de Interfaces Cérebro-Computador e Inteligência Computacional e Cognitiva (ICCs), tecnologias capazes de conectar diretamente o cérebro humano a dispositivos digitais. O documento oficial, elaborado por sete ministérios chineses e publicado pelo Conselho de Estado, estabelece metas de avanços técnicos até 2027 e busca consolidar a liderança industrial da China até 2032.

A estratégia chinesa se diferencia pela forte coordenação entre governo central, órgãos reguladores, universidades e empresas privadas. Essa articulação acelera a transição da pesquisa básica para aplicações clínicas e comerciais, o que tem gerado atenção internacional, especialmente entre países com laços econômicos relevantes com a China - como o Brasil. Em um cenário onde o ritmo de inovação supera a capacidade de adaptação regulatória em muitos mercados, empresas estrangeiras interessadas em importar ou distribuir essas tecnologias devem considerar desde cedo os aspectos legais e regulatórios envolvidos.

O plano está estruturado em cinco grandes eixos estratégicos, que funcionam como laboratórios integrados: desenvolvimento de componentes essenciais; integração entre hardware e software; aplicações médicas; dispositivos não invasivos para uso cotidiano; e construção de um ecossistema industrial e regulatório. Esses centros atuam como plataformas de transformação científica, com metas claras de aplicação industrial e comercial.

Os resultados práticos já são visíveis. Empresas como a NeuroXess e a NeuCyber NeuroTech demonstraram avanços clínicos significativos. Em Shanghai, pacientes com paralisia conseguiram controlar aplicativos e jogar xadrez utilizando apenas

sinais cerebrais. O chip Beinao-1, do Instituto Chinês de Pesquisa Cerebral, apresentou estabilidade e segurança em testes clínicos, sinalizando que a tecnologia está pronta para expansão global.

A China também aposta no mercado de consumo com dispositivos ICCs não invasivos, como fones de ouvido, capacetes e óculos com sensores neurais. Aplicações incluem monitoramento de fadiga em motoristas, prevenção de acidentes industriais e controle de videogames pelo pensamento. A capacidade chinesa de escalar a produção desses dispositivos, somada à sua liderança em manufatura eletrônica, reforça a expectativa de que esses produtos entrem em mercados internacionais em breve.

O Brasil é, de fato, um mercado promissor para tecnologias emergentes. No entanto, a entrada dessas soluções no país exige atenção jurídica estratégica, de modo a garantir conformidade regulatória, segurança jurídica e liberdade de operação (*freedom to operate*), para que não ocorra a violação de direitos de **propriedade** intelectual. Além disso, tecnologias que processam sinais neurais lidam com dados pessoais sensíveis, como informações biométricas e neurofisiológicas, classificados como tais pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Isso demanda um alto nível de governança em privacidade, com medidas que assegurem transparência, consentimento e segurança da informação desde a concepção dos produtos.

Certamente, com isso, o arcabouço legislativo e regulatório brasileiro, poderá ganhar novos aportes e discussões, como por exemplo a reforma do Código Civil, que já se encontra em debate no Congresso Nacional. O texto da proposta traz os neuro direitos como parte indissociável da personalidade e lhe atribuem a mesma proteção legal, não podendo ser transmitidos, renunciados ou limitados. Isto, em úl-

Continuação: Tecnologia Neural em Ascensão na China: oportunidades e Riscos no mercado internacional

tima análise, testará a capacidade dos institutos jurídicos brasileiros, principalmente aqueles relacionados aos direitos da personalidade.

Ademais, intermediariamente, no Brasil, as soluções revolucionárias por ICCs podem suscitar outras questões referentes a saúde pública, como requerimentos de incorporação à rede pública de saúde (SUS) por atuação e recomendação da CONITEC, ações para fornecimento das novas soluções a pacientes que não possam custear o acesso à tecnologia, registros em entidades reguladoras, entre outras pretensões que precisarão ser analisadas e decididas no âmbito do sistema nacional. Esse cenário tipicamente brasileiro demanda um olhar atento dos agentes inovadores para o sistema e institutos do país.

Além disso, é possível imaginar que, com o avanço dessas tecnologias por diferentes empresas, de diferentes países, possam surgir questões de padronização e interconectividade. Isto, aliado às proteções por patentes dos players inovadores, pode

lançar desafios competitivos ao mercado e aos sistemas jurídicos, como temos acompanhado nas disputas de patentes essenciais (SEPs), nova fronteira dos confrontos geopolíticos e tecnológicos entre potências mundiais.

Em síntese, a China avança de forma estratégica em um campo de altíssimo impacto social e econômico. A ascensão das tecnologias neurais - ainda em fase de discussão e observação em muitos países - exige dos players internacionais uma postura cautelosa, informada e juridicamente bem orientada. Para empresas estrangeiras, inclusive chinesas, que buscam operar no Brasil com soluções baseadas em ICCs, a presença de um parceiro jurídico especializado em **propriedade** intelectual, proteção de dados e regulação tecnológica será não apenas útil, mas essencial.

Por: Danielle Campello e Paulo Armando Innocente de Souza são advogados do Di Blasi, Parente & Associados.

Impacto tributário do STF pode custar bilhões ao "streaming"



Impacto tributário do STF pode custar bilhões ao "streaming"

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do Tema 914, publicada em outubro de 2025, chacoalhou o mercado de entretenimento digital ao validar a ampliação da CIDE-Tecnologia. A contribuição de 10% sobre remessas ao exterior, que incide sobre royalties, licenças e serviços técnicos, gerou um impacto fiscal imediato e bilionário nas contas das gigantes do streaming.

A Netflix foi a primeira a sentir o peso da decisão, anunciando em seu balanço global um ajuste contábil de US\$ 619 milhões (cerca de R\$ 3,3 bilhões) diretamente ligado ao veredito. O anúncio derrubou as ações da empresa em Nova York e reacendeu a discussão sobre o já elevado "Custo Brasil". O acórdão publicado em 16 de outubro de 2025 confirma a constitucionalidade da CIDE, que remonta à Lei 10.168/2000 e foi ampliada para abranger pagamentos por transferência de tecnologia e assistência administrativa. Com a porta aberta, a Receita Federal pode agora cobrar valores represados, gerando uma onda de reavaliações fiscais para empresas digitais como Amazon, Google e Spotify.

O modelo de negócios da Netflix, que depende de contratos internacionais para licenciamento de conteúdo, tecnologia de streaming e suporte técnico, é diretamente afetado. Pagamentos a subsidiárias estrangeiras, que remuneram por conhecimento ou

propriedade intelectual, passam a ser tributados pela CIDE e, em muitos casos, também pelo Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). O tributarista e professor universitário André Charone afirma que a medida "muda as regras do jogo" para as plataformas. Segundo ele, o mercado internacional recebe o sinal de que o Brasil passará a cobrar sobre qualquer operação que envolva tecnologia ou propriedade intelectual. Essa nova leitura exige que as plataformas revisem contratos e margens, o que pode se traduzir em reajustes de preço para o consumidor final.

A CIDE se soma a outros tributos que já pesam sobre o setor, como o ISS, elevando a carga tributária efetiva do país para as empresas de tecnologia. Charone observa que o sistema brasileiro continua "complexo, redundante e pouco previsível", afetando a competitividade em um mercado globalizado.

Embora o governo celebre a decisão como uma vitória que destina mais recursos para ciência e tecnologia, o sentimento no setor privado é de apreensão. Escritórios de advocacia relatam planos de contingência em multinacionais, e tributaristas questionam a segurança jurídica. "Quando uma decisão muda o entendimento de contratos em vigor há anos, cria-se um precedente perigoso. O investidor internacional passa a ver o Brasil como um terreno instável", resume Charone. A expectativa para 2026 é de aumento nos litígios tributários digitais, com o impacto se espalhando do streaming para fintechs, marketplaces e empresas de software. O país, ao reafirmar seu direito de tributar empresas globais, reacende um debate crucial: como equilibrar arrecadação e competitividade em um cenário de economia digital.

Continuação: Impacto tributário do STF pode custar bilhões ao "streaming"

Foto: Divulgação/Freepik

Para mais informações sobre plataformas streaming

...

Entre para o nosso grupo de notícias no

Quem somos

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3, 5, 7

Inovação
3